



II Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis – 23 a 25 de outubro de 2017

O PASSADO PRESENTE:

a política de assistência social e os rebatimentos no trabalho profissional

Carla Carolinne Alves de Carvalho Moisés¹

RESUMO:

Neste trabalho realizo uma análise da política de assistência social no Brasil levando em consideração os determinantes estruturais e conjunturais da sociabilidade burguesa, revelando o espectro do passado no presente e as implicações no trabalho do (a) assistente social nesta política pública. Neste sentido, o trabalho foi estruturado buscando desmistificar a forma etapista de apreender a história ao realizar um movimento de avançar e resgatar estes traços na história dialeticamente.

Palavras-chave: Capitalismo; Estado; Política de Assistência Social; Serviço Social.

1 INTRODUÇÃO

A análise de uma política social, sobretudo, a política de assistência social, a partir da relação entre o Estado e a sociedade civil prescinde de um resgate dos traços estruturais (constitutivos) e dinâmicos (conjunturais) próprios de uma sociedade burguesa de inserção capitalista dependente e subsidiária à economia mundial. Logo, uma compreensão crítica da política social recusa perspectivas unilaterais e a vê como um processo contraditório, complexo e dialético.

Neste sentido, o texto a seguir apresenta, inicialmente, um debate sobre a categoria “questão social” nos marcos do desenvolvimento do modo de produção capitalista, refletindo sobre as questões pertinentes ao Estado com base na teoria marxista e o modo como este responde ao conflito entre capital e trabalho historicamente, situando a política social neste processo, sobretudo, a de assistência social utilizada como meio de controle das manifestações da “questão social”, principalmente, a questão da pobreza.

No segundo momento ao versar sobre o neoliberalismo no Brasil, apresento algumas análises necessárias para o entendimento deste projeto conservador e suas consequências, sobretudo, no âmbito da cultura, nas políticas sociais e no mundo do trabalho.

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense (UFF)

Finalmente, o terceiro item ao versar sobre o exercício profissional do (a) assistente social no âmbito da política de assistência social consolida a unidade teoria e realidade ao apresentar os obstáculos que este profissional enfrenta em seu cotidiano sócio institucional frutos das extravagâncias do capitalismo.

2 A “QUESTÃO SOCIAL” EM DEBATE: situando a política de assistência social

A modernidade traz consigo uma nova forma de sociabilidade pautada na divisão social do trabalho que acaba por produzir e reproduzir relações sociais antagônicas. Nela, a relação divergente e ao mesmo tempo complementar entre o universal e o particular conformam a base que justifica a criação do Estado.

Marx, contudo, elege como objeto a ser desmistificado não um produto da consciência, mas um ser material: o Estado, que sempre se faz acompanhar de uma pesada e formal burocracia e de um truculento e ameaçador aparelho repressivo (FREDERICO, 1995, p. 56)

Marx versa sobre um Estado concreto, no qual os interesses particulares da burguesia são tratados como interesses universais, isto é, da coletividade. Logo, a cisão entre o público e o privado, entre o Estado e a sociedade civil, entre a economia e a política são produzidas por esta sociabilidade com vistas a encobrir as possibilidades do homem se (re) conectar com sua vida genérica na perspectiva de suprimir a ordem instituída com vistas à uma sociedade verdadeiramente emancipada. É claro que se trata de elementos diferentes, mas que formam uma totalidade dialética, como base na relação estrutura (base econômica) e superestrutura (base jurídica, política e de consciência social). Marx, segundo Codato e Perissinotto (2001) reconhece que esta instituição é a aspiração das classes sociais antagônicas devido ao seu “poder decisório” (político) o que não se confunde com o poder de classe (poder econômico de uma classe sobre a outra), mas que se associam, no qual, uma determinada classe social assume uma posição superior na disputa pela hegemonia.

A política social, enquanto expressão política de total dever do Estado, não se deu no modo de produção capitalista sob a lógica da socialização da riqueza socialmente produzida, mas sim, de sua apropriação privada nas mãos de poucos. A mesma ainda marca um processo de conflitos e contradições entre as classes sociais e entre elas e o Estado em torno do que se denomina de “questão social”.

A “questão social” é um fenômeno inerente ao modo de produção capitalista, isto é, a um modo de produção extremamente desigual, excludente, de contradição e exploração de uma classe sobre a outra. É importante sinalizar que a “questão social” não é um fenômeno recente. Segundo Pastorini (2010) sua gênese data do século XIX concomitante a consolidação do modo de produção capitalista nos marcos da Revolução Industrial na Europa Ocidental atrelado ao processo de urbanização. Neste cenário a pauperização, as condições

insalubres de trabalho, moradia, desemprego, a que se submetiam também as mulheres, jovens, crianças, entre outros, já se faziam presentes como umas das suas expressões. Esse processo desencadeou reivindicações e mobilizações da classe trabalhadora em prol de garantias mínimas de subsistência. Não sendo, portanto, algo novo, mas que vêm cotidianamente acirrando conflitos entre interesses inconciliáveis, cabe sinalizar aqui que os direitos e as conquistas históricas das classes subalternas, como as políticas sociais, não foram e não são dádivas, mas sim, fruto de muitas lutas e resistência política.

Se a “questão social tem sua raiz na sociedade capitalista, sendo assim, ela deve ser pensada como parte constitutiva dessa sociedade que, nos diferentes estágios, produz distintas manifestações” (PASTORINI, 2010, p.107) e que se apresentam em formas de demandas para as políticas sociais, sobretudo, a de assistência social, bem como para os (as) assistentes sociais que atuam no âmbito das políticas públicas e que tem nas múltiplas expressões da “questão social” a matéria de realização do seu exercício profissional.

As políticas sociais, especialmente a assistência social reflete o traço contraditório da ordem do sistema capitalista. A desigualdade estrutural, fruto das correlações de forças existentes historicamente entre as classes, é o alimento para a reprodução deste sistema. Aqui, a assistência social assume também um papel de reguladora dessa desigualdade.

Sabemos que é em sociedade em contato com a coletividade que o homem constrói bens necessários à sua existência, bem como toda a fortuna concreta e cultural. Marx (1974) parte do pressuposto da existência humana. Ao existir o homem faz história, mas não a faz apartado. O mesmo estabelece relações sociais que o formam e são destas que o mesmo se transforma e ao mesmo tempo transforma a natureza. Logo, “não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” (MARX; ENGELS, 1991, p.37). Todavia, os homens ao se inserirem em relações sociais de existência, com a divisão da sociedade em classes opostas, estes adentram em relações sociais de produção e são nestas que o homem se aliena de si próprio, da natureza e dos outros homens. Isto porque a lógica brutal do capital se alicerça no antagonismo onde em detrimento da acumulação de máximos lucros se mercantilizam não só a riqueza socialmente construída mais também o ser social através da exploração do capital sobre o trabalho (MARX, 1963).

Neste sentido, a pobreza como uma das expressões da “questão social” fruto das desigualdades oriundas do modo de produção capitalista é identificada pela concentração de riqueza e renda, isto porque, “a acumulação de riqueza num polo é, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, o suplício do trabalho, a escravidão, a ignorância, a brutalização e a degradação moral no polo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital” (MARX, 1971, p. 210). E é neste abismo que a política de assistência social se encontra historicamente.

A trajetória da assistência social no Brasil é marcada por rupturas e continuidades dialeticamente. Isto porque apesar da promulgação da Constituição Federal Brasileira de 1988, no qual, a assistência social conquista seu lugar na Seguridade Social enquanto uma política social pública, a mesma ainda carrega fortes ranços de um “passado” recente que cai como uma luva nessa sociedade de tradição hierárquica, autoritária e excludente, marcada pelo patrimonialismo, coronelismo, clientelismo, mandonismo, corporativismo e populismo². A assistência social passa a ser definida como

direito do cidadão e dever do Estado, é política de seguridade social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, Art. 1º).

Trata-se, especialmente, de um projeto mais progressista na perspectiva do direito (conforme apontado acima) e de um projeto tradicional que busca recuperar e reforçar a lógica da assistência ser, segundo Boschetti (2003), algo complementar a subsidiar aqueles que não tiveram condições ou “competência” para garantir a sua subsistência, direcionada aqueles vistos como “indigentes” e “desvalidos” por estarem inaptos ao trabalho.

Tendo como marco a LOAS, observa-se que a PNAS, em vigor a partir de 2004, alargou o conceito de usuário da assistência social. O que significa incorporar, para além dos seus sujeitos históricos tradicionais – a população pobre considerada “inapta para o trabalho” que depende diretamente dos serviços públicos – grupos crescentes de desempregados, subempregados e precarizados nos seus vínculos laborais que, embora “aptos para o trabalho”, são expulsos cada vez mais reduzido e competitivo mercado formal de trabalho (COUTO, YAZBEK, RAICHELIS, 2010, p.68).

Estes e outros marcos regulatórios desta política³ apesar de serem conquistas imprescindíveis, não livra a assistência social de ser uma política permeada por projetos em disputa em seu seio que se orientam por projetos societários também antagônicos. Trata-se, ainda, de uma Constituição Federal híbrida e ambígua. Não se pode negar os avanços, mas, estes são relativos e apropriados pela burguesia. Neste sentido, a análise de uma política social, como a de assistência social na conjuntura atual, prescinde desta breve contextualização para observarmos que o arcaico e o moderno formam uma unidade, com o intuito de garantir a acumulação de capital em moldes cada vez mais capitalistas. Logo, os

² Sobre estes conceitos que nos auxilia a compreender as relações políticas na sociedade brasileira, ver: LEAL, Vitor Nunes. Coronelismo, enxada e voto. São Paulo: Alfa-omega, 1975.

³ Política Nacional de Assistência Social (PNAS) de 2004; a Norma Operacional Básica do SUAS de 2005; a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS de 2006; a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais de 2009 e a nova Lei do SUAS de 2011 (Lei nº 12.435).

parcos investimentos do Estado nas políticas sociais e o repasse de seu dever à sociedade civil de responder às múltiplas expressões da “questão social” não foge à regra do traço constitutivo do capitalismo no Brasil.

2.1. O INFORTÚNIO DO PROJETO NEOLIBERAL NO BRASIL

A disseminação e inserção do neoliberalismo no mundo se deu de modo diferenciado nos países e regiões, especialmente, no Brasil, país marcado por um capitalismo dependente. De caráter conservador, este projeto burguês foi e está sendo utilizado para além da saída da crise do capital nos anos 1970, crise de superprodução do modelo de acumulação rígido, denominado de fordismo. Sabemos que o capitalismo sobrevive de crises sejam elas cíclicas e, ou, sistêmicas⁴, bem como que o “Estado na América Latina desempenhou tradicionalmente um papel de “colchão anticíclico”, corrigindo com suas intervenções o rumo da economia e contribuindo para a revitalização do mercado” (BORON, 1994, p.199). O neoliberalismo se apresentou, neste processo, como resposta à crise econômica, mas avançou para outras dimensões, tais como: político, social, ecológico e ideo-cultural. Segundo Boron (1999) o sucesso do neoliberalismo se dá mais nos planos ideológicos e culturais do que efetivamente no âmbito econômico (fracasso), disseminando ideias fundadas em um discurso de que este é o único projeto possível, aprofundando as desigualdades, sobretudo, a pobreza extrema.

Tais discursos baseiam-se na necessidade de “diminuição” do Estado devido ao seu excesso de intervenção (visto como um problema) e desregulamentação do mercado. Ao pregar isto, exalta-se e consagra o privado (mercado) e sataniza o Estado. Logo, o mercado ganha abertura de espaços para a acumulação de capital, sobretudo, encima da mercantilização dos direitos socialmente conquistados pela população e consagrados nas políticas públicas. Na atual conjuntura, a assistência social ganha centralidade dentro do tripé da Seguridade Social na Constituição Federal Brasileira de 1988 como aquela política responsável por garantir a proteção social e enfrentar a desigualdade social (MOTA, 2013). Em detrimento da ampliação da assistência às demais políticas como a Saúde e a Previdência Social sofrem com um rigoroso processo de mercantilização.

Com isto, verifica-se a criação de 2 (dois) tipos de cidadãos: o cidadão pobre (objeto da assistência social) e o cidadão consumidor (aquele que compra um direito como mercadoria). Este processo se expande e se reafirma através da assistencialização⁵ da

⁴ Segundo Behring e Boschetti (2011) as crises cíclicas são como ondas de expansão (auge) e estagnação (declínio) do capital e as crises sistêmicas afetam de acordo com Netto (2012) toda a estrutura da sociedade capitalista.

⁵ Trata-se de investir na política de assistência social, porém, mais em programas de transferência de renda cuja lógica é de alívio à pobreza.

proteção social, enquanto uma das estratégias utilizadas pelo Estado de se antecipar ao agravamento das expressões da “questão social”. Esse processo também se expressa, nas palavras de Montaño (1999) na refilantropização da questão social⁶ e re-mercantilização dos serviços sociais⁷.

Ao se referir às particularidades da “questão social” no Brasil, para Santos (2012) o que se teve no Brasil foi um “fordismo à brasileira” que possui semelhanças com o fordismo clássico e ao mesmo tempo já apresenta características baseadas na precarização e flexibilização das condições e relações de trabalho. Não é à toa que para Harvey (2014) a “acumulação flexível” é mais um reparo temporário do que uma transformação sólida, pois o fordismo e a “acumulação flexível” se mesclam, não se anulando essencialmente um ao outro. O regime de “acumulação flexível” acentua o desemprego estrutural, o trabalho informal, a baixa proteção social, intensifica a exploração, eleva os índices de instabilidade, rotatividade, bem como, regressa e flexibiliza os direitos humanos e sociais. É claro que cada um possui suas facetas, mas esse processo é inerente a nossa “condição colonial permanente” de “modernização do arcaico e arcaização do moderno” (FERNANDES, 1968, p. 26). Logo, a reestruturação produtiva é uma estratégia permanente e não transitória.

Assim ocorre com as políticas sociais que vem sendo cada vez mais mercantilizadas, seletivas, residuais e fragmentadas, cujo papel do Estado continua a ser o de legitimar os interesses do capital. Neste cenário, as profissões como elemento constitutivo da vida social, sofrem com os rebatimentos deste processo.

2.2. OS OBSTÁCULOS NO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ao pensarmos o Serviço Social no Brasil “não há dúvidas em relacionar o aparecimento do Serviço Social com as mazelas próprias à ordem burguesa” (Netto, 1996, p.17). O acirramento das tensões entre as classes sociais antagônicas impulsionou a emergência do Serviço Social que não pode ser analisada sem considerar a sua centralidade histórica nas lutas de classes, com base na perspectiva histórico-crítica que leva em conta, de acordo com Montaño (2009) a formação do capitalismo, o surgimento da “questão social” e o próprio Serviço Social como um instrumento utilizado por grupos e frações dominantes.

É claro que só podemos nos referir ao Serviço Social como uma profissão à medida que se afasta do movimento católico e adentra no mercado de trabalho, tendo o Estado, como seu maior empregador. Assim, ocorre o processo de institucionalização do Serviço Social vinculado à criação das grandes instituições assistenciais e de prestação de serviços sociais

⁶ Trata-se de um retorno ao passado, com um trato baseado na filantropia, ajuda, caridade.

⁷ Significa comercializar um direito enquanto as políticas sociais ficam mais precarizadas, seletivas e focalizadas direcionadas para “dentre os pobres os mais pobres”.

vinculadas ao Estado e aos setores das classes dominantes que ao implementarem políticas sociais, demandaram a presença deste profissional para executá-las, mediando assim, o conflito entre capital e trabalho.

Cabe salientar que de acordo com Iamamoto (2013) o Serviço Social enquanto uma profissão que participa do processo de produção e reprodução das relações sociais possui uma utilidade social e, portanto, um produto resultante dos processos de trabalho em que se insere. O produto da sua prática profissional atinge tanto o âmbito material (produção e reprodução da força de trabalho) como ideológico, na formação de um determinado modo de ser. Sua função pedagógica de acordo com Abreu e Cardoso (2009) incide nas formas de pensar, sentir e agir dos sujeitos com a qual se relaciona, isto é, na formação de uma determinada cultura. Logo, pode-se dizer que as práticas educativas que constituíram o Serviço Social por longos tempos vincularam-se a estratégias de caráter subalternizantes.

É claro que na medida em que a sociedade se modifica, novas exigências, demandas, funções, vão surgindo para o Serviço Social que também se transforma neste processo passando a assumir o compromisso com a classe trabalhadora e com a transformação desta ordem societária. Compromissos estes expressos no Projeto Ético-Político e nas demais legislações pertinentes à profissão, tais como: Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8662/1993), Código de Ética Profissional de 1993 e as Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) de 1996.

Como bem nos afirma Iamamoto (2013, p.17) “o momento que vivemos é um momento pleno de desafios. Mais do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperanças para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar”. Mas, para enfrentar o presente é preciso, primeiramente, conhecer essa realidade. Os obstáculos presentes no trabalho do (a) assistente social na política de assistência social, não são específicas desta política pública. Tratam-se de obstáculos que se fazem presente na história da sociedade brasileira e que estão sendo agravadas na contemporaneidade.

Na pesquisa que realizei em 2015 para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) sobre “Os desafios contemporâneos para a materialização do projeto ético-político do Serviço Social nos Centros de Referência da Assistência Social: Um estudo realizado com as assistentes sociais dos CRAS do 2º distrito do município de Duque de Caxias”, pude identificar que os principais obstáculos relatados pelas entrevistadas dizem respeito às metamorfoses no mundo do trabalho com uma intensa precarização das relações de trabalho que implica muitas das vezes, na continuidade de um determinado serviço, programa e, ou, projeto com os usuários.

Desde a promulgação da Loas o profissional vem, contraditoriamente, realizando seu trabalho acessando os direitos à população cada vez mais

pauperizada, de forma seletiva e focalizada. Verificamos que os profissionais nesta área apresentam sentimentos comuns a de outros trabalhadores na contemporaneidade como: angústia, por não dar conta da intenção formal dos direitos e sua concretização na vida cotidiana da população demandária dos serviços; eleva carga de trabalho, apesar da ampliação de contratação de assistentes sociais nas prefeituras; baixos salários; ampliação de contratação temporária (observa-se que de 1999 para cá, poucas prefeituras têm realizado concursos públicos), além da terceirização da contratação realizada por entidades de assistência social (SILVA, 2012, p.170).

As entrevistadas apontam também para a insuficiência de recursos humanos, materiais e financeiros nos equipamentos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), bem como para a presente marca histórica da assistência social intimamente vinculada e disseminada através do clientelismo que muito se aproxima da cultura política local. Cabe sinalizar que estes não são os únicos obstáculos presentes no trabalho deste profissional, mas, são uns dos mais expressivos e desafiadores na contemporaneidade, sobretudo, pelo seu grau de complexidade. A política de assistência social carrega ranços de um conservadorismo inerente aos fundamentos da vida social, sendo historicamente utilizadas como um artifício para a conquista e manutenção de lideranças políticas no poder.

A Seguridade Social brasileira está longe do padrão defendido pelo Serviço Social, não só pelas parcas políticas abrangidas, bem como pelo seu desmantelamento. A assistência social se expande na seguridade, mas não pela lógica de ampliação de direitos, mas para abarcar a crescente população em situação de pobreza extrema, tornando-a a um fetiche. Logo, variadas são as demandas que chegam até o (a) assistente social nos espaços sócio ocupacionais da política de assistência e que requer deste profissional respostas imediatas, tecnicistas que “funcionando como uma espécie de emergência social, opere com destreza os indicadores de gestão e monitoramento da pobreza, mostrando-se, assim, funcional a um Estado assistencial-penal” (RODRIGUES, 2016, p.47).

Neste sentido, diante do exposto, o (a) assistente social não pode estar aquém das transformações societárias que incide direta e indiretamente no cotidiano do trabalho profissional o que requer “inventividade, inteligência e talento para criar, inventar, inovar, de modo a responder dinamicamente ao movimento da realidade” (CFESS, 2009, p.4), movendo, assim, a contradição existente na luta por uma política de caráter público e universal.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas análises da história da sociedade brasileira como pano de fundo para o entendimento de qualquer fenômeno, o nosso olhar tem de ser capaz de distinguir o que é constitutivo e conjuntural, sobretudo, em sociedades de capitalismo feroz e brutal. Além disto, a apropriação da razão crítica, num cenário de (re) produção de perspectivas fenomenológicas, é fundamental para que não sejamos mais uma massa de manobra deste

sistema que operacionaliza a fragmentação do real com base na aparência necessária para a afirmação do projeto hegemônico capitalista.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. M.; CARDOSO, F. G. **Mobilização social e práticas educativas**. In: ABEPSS; CFESS (Org.). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: Cfess/Abepss, UnB, 2009, p. 593-608.

BORON, Atílio. **Os novos Leviatãs e a pólis democrática**: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência da democracia na América Latina. In: Pós-Neoliberalismo II Que Estado para que Democracia? Atílio B. Emir S. e Pablo G. (Orgs). Petropolis, RJ: Vozes, 1999.

_____. **A razão extraviada**: a crítica neoliberal e o Estado nos capitalismo contemporâneos. In: Estado, Capitalismo e Democracia na América Latina. 2ª Ed. Trad. Emir S. R.J: Paz e terra, 1994, Cap.6.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política Social**: Fundamentos e história / Elaine Rossetti Behring, Ivanete Boschetti - 9. Ed. - São Paulo: Cortez, 2011.

BOSCHETTI, Ivanete. “Recomposição do campo da Assistência Social: Centralização e Colaboração Vigida”. In: **Assistência Social no Brasil**: um direito entre originalidade e conservadorismo. Brasília: GESST/SER/UnB, 2003.

BRASIL. **Lei Orgânica de Assistência Social**, dezembro, 1993.

CFESS/CRESS. **Parâmetros para atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social**. Brasília, 2009.

CODATO, Adriano Nervo; PERISSINOTO, Renato. **O Estado como instituição**. Uma leitura das “obras históricas” de Marx. Crítica Marxista, São Paulo, Boitempo, v.1, n. 13, 2001, p.9-28).

COUTO, Berenice Rojas; YAZBEK, Maria Carmelita; RAICHELIS, Rachel. **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil**: uma realidade em movimento - São Paulo: Cortez, 2010.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Biblioteca de Ciências Sociais. RJ: Zahar, 1968.

FREDERICO, C. **O Jovem Marx** (1843-44: as origens da ontologia do ser social) São Paulo: Cortez, 1995, Cap.2 (Marx contra Hegel: a crítica do Estado).

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**. 25ª. Edição. São Paulo, Ed. Loyola, 2014.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional – 24. Ed. – São Paulo: Cortez, 2013.

MARX, K. e ENGELS, F. **“A ideologia Alemã”**. (I-Feuerbach). Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 8ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1991.

MARX, Karl. Prefácio 1859. **Para a Crítica da Economia Política**. Coleção os Pensadores. Manuscritos Econômicos – Filosóficos e outros textos Escolhidos. Ed. Victor Civita. São Paulo: 1974.

_____. **O Capital**. (Crítica da Economia Política). O Processo de Produção Capitalista. A Lei Geral de Acumulação Capitalista. Livro 1. Vol. I -2ª ed. Trad. Reginaldo Sant' Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971. Cap. XXIII

_____. **Os Manuscritos Econômicos-Filosóficos**. Textos Filosóficos. Edições 70, Lisboa, Portugal, 1963.

MONTAÑO, Carlos. **Das “lógicas do Estado” às “lógicas da sociedade civil”**: Estado e “terceiro setor” em questão. Serviço Social & Sociedade. São Paulo, ano 20, n. 59, p. 47- 79, mar. 1999.

_____. **A natureza do serviço social**: um estudo sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução. 2.ed. – São Paulo: Cortez, 2009.

MOTA, A. E. **Seguridade Social Brasileira**: O sentido político da expansão da Assistência Social no Governo Lula. In: Sociabilidade burguesa e Serviço Social. SILVA, José Fernando Siqueira, SANT'ANA, Raquel Santos, LOURENÇO, Edvânia A. de Souza. (Org.). Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013, PP 161 a 174. Coletânea Nova de Serviço Social.

NETTO, José Paulo. **“Crise do capital e consequências societárias”**. In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, Cortez, nº111, p. 413-429, jul./set. 2012.

_____. **“Transformações societárias e Serviço Social”**. In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, Cortez, nº50, ano XVII, abril, 1996.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Josiane Soares. **Questão social**: particularidades no Brasil. São Paulo, Cortez, 2012.

RODRIGUES, Mavi. **Assistência social e vanguardas do Serviço Social na era neoliberal**. Argum. (Vitória), v.8, n.2, p. 35-50, maio/ago. 2016.

SILVA, Jeane Andreia Ferraz. **Serviço Social e Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**: reflexões sobre o trabalho profissional. SER Social, Brasília, v. 14, n. 30, p. 155-189, jan./jun.2012.